



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Porto Velho - Rondônia



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____ /2016, Substitutivo ao projeto de lei nº 3425/2016.

PROTOCOLO
Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. nº 866/16

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 09/08/16 Horário 10:30

Acrescenta o Art. 86-A à Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e IV, do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. A Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010, passa a vigorar acrescida do artigo 86-A, com a seguinte redação:

Art.86-A- No procedimento de avaliação e concessão dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade, serão observados, no que couber, o disposto nas Normas Regulamentadoras (NR) expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre medicina e segurança do Trabalho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 16 de maio de 2016.


EDEMILSON LEMOS DE OLIVEIRA

Vereador



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DA VEREADORA ELLIS REGINA**

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

O Projeto de Lei que ora apresentamos pretende acrescentar o artigo 86-A à Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010, nos seguintes moldes:

“Art. 86-A. No procedimento de avaliação e concessão dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade, serão observados, no que couber, o disposto nas Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre medicina e segurança do trabalho.” (grifo nosso)

De se notar que o objetivo do Projeto de Lei é autorizar a Administração Pública Municipal, inclusive o Poder Legislativo, a valer-se das Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, referente à segurança e medicina do trabalhador, por ocasião da avaliação e concessão dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade.

Hodiernamente, registre-se, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo fundamentam a concessão dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade - seja dos servidores Celetistas, seja dos servidores Estatutários -, com base nas Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Sucedendo que, de acordo com o item 1.1. da Norma Regulamentadora (NR) nº 01, as NR'S relativas à segurança e medicina do trabalho são de observância obrigatória pelos órgãos públicos da administração direta e indireta que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, vejamos:

“1.1 As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”. (grifo nosso)

Assim, como se pode ver, as Normas Regulamentadoras são de aplicação obrigatória somente aos servidores regidos pelo regime celetista; seja no setor privado, seja no âmbito da Administração Pública.

Desta feita, considerando-se que a Administração Pública é vinculada ao princípio



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
GABINETE DA VEREADORA ELLIS REGINA**

da legalidade, imperioso se faz haver previsão legal para que o Município de Porto Velho se valha das Normas Regulamentadoras para fins de avaliação e concessão dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade de seus servidores estatutários.

Diante do exposto, sabedora do respeito e da responsabilidade que meus pares dispensam à segurança jurídica e aos servidores municipais, solicitamos o apoio para aprovação do anteprojeto de lei em questão e posterior encaminhamento ao Executivo Municipal.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2016.

ELLIS REGINA BATISTA LEAL
VEREADORA/PC do B